

## Prefácio\*

Como tributar as pequenas e médias empresas? Aquelas pequenas células da vida económica que nascem, crescem e morrem a cada momento e que oscilam entre as formas mais boçais e rotineiras da actividade empresarial e a mais espantosa capacidade de se adaptarem aos mercados mais exigentes e às formas de actividade mais evoluídas?

E como conseguir que elas contribuam na medida das suas forças para as necessidades comuns sem as atabafar com uma excessiva carga fiscal e excessivas exigências burocráticas, para que possam continuar a criar os empregos que a saída da sociedade exige?

Foi esse o tema escolhida por MARIA CIDÁLIA LOPES para obter o seu grau de mestre na Faculdade de Economia de Coimbra; uma escola onde o Direito Fiscal beneficia há muito do ensino de um jurista como José XAVIER DE BASTO, com quem tivemos o grato prazer de partilhar os trabalhos de arguição desta tese.

Tese que seguiu um bom método. Na Europa de hoje tem sido feito um tão grande esforço para encontrar as formas mais adequadas para tributar a pequena empresa – desde o modo como ela deve cumprir os seus deveres contabilísticos, até aos problemas da sucessão por morte do dono do negócio – que estudar o problema é analisar essas experiências.

E é precisamente desse estudo de experiências que provém a utilidade desta tese: se nos afastamos da neutralidade fiscal, se tributamos as empresas de forma diferente conforme a sua dimensão, que consequências para o crescimento da empresa?

E que possibilidades abrimos para o mero planeamento fiscal feito mediante a criação de pequenas sociedades que têm essa forma jurídica apenas para aproveitar os benefícios fiscais da pequena empresa?

E, acima de tudo, poderão as pequenas empresas sobreviver à morte ou à reforma dos seus originários dinamizadores?

Haverá uma real possibilidade de criar mecanismos legais destinados a tornar mais fácil a sucessão por morte ou a transmissão da

---

\* Prefácio a CIDÁLIA LOPES, *A Fiscalidade das Pequenas e Médias Empresas* (Porto: 1999).

empresa em vida do fundador, ajudá-las a institucionalizar-se, ou seja, a ficarem dotadas de alguma permanência no meio social em que estão inseridas?

A mestra MARIA CIDÁLIA LOPES não nos dá respostas directas e taxativas a estas perguntas.

Pela simples razão de que elas não existem.

Por isso, faz o que deve ser feito: estudar as experiências de outros países, para se poder decidir o que se deve fazer e, com redobrada ênfase, o que não se deve fazer.

Até porque, se há zona onde a demagogia fiscal pode facilmente campear, é esta: atribuir benefícios fiscais (em rigor despesas fiscais) aos seus constituintes é o sonho de qualquer dirigente político. Mesmo que os benefícios custem muito e beneficiem pouco (ou poucos). E distorçam todo o sistema. Mesmo que estes se venham a perpetuar, ano após ano, depois de terem atingido os fins para que foram criados, ou depois de terem demonstrado com clareza que os não podem atingir.

O que vem aumentar a importância de estudos como este para que possamos distinguir entre medidas com justificação bastante e as que são meras demonstrações de populismo fiscal.

J.L. Saldanha Sanches